timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 129 OUTUBRO 1996

NOBEL: AUTODETERMINAÇÃO PREMIADA

Ao atribuir o Prémio Nobel da Paz a dois reconhecidos nacionalistas, o Comité Norueguês reforçou o papel dos timorenses na resolução do conflito

A atribuição do Prémio Nobel da Paz de 1996 a duas destacadas figuras do nacionalismo timorense veio trazer, de novo, a questão para as primeiras páginas e as aberturas dos noticiários dos meios de comunicação internacionais.

Desta vez, porém, com um sabor radicalmente diferente. O sabor à primeira grande vitória do povo de Timor Leste sobre o regime de Jacarta, quase 21 anos depois deste ter invadido e ocupado a sua pátria.

MAIS PELO QUE REPRESENTAM

Os argumentos do Comité Norueguês para justificar a atribuição do Prémio são particularmente incomodativos para as autoridades indonésias.

O Comité pretendeu "*honrar as contribuições persistentes e com sacrifício em favor de um povo pequeno mas oprimido*" e, ao mesmo tempo, "*apoiar os esforços para encontrar uma solução diplomática para o conflito em Timor Leste, baseado no direito dos povos à autodeterminação*".

O regime indonésio reagiu, obviamente, muito mal à atribuição do Prémio.

Menos pela argumentação utilizada do que pelas personalidades escolhidas: por entre elas estar José Ramos-Horta e por o Bispo Belo aparecer associado a este conhecido dirigente timorense na partilha do prémio, e logo nos motivos que levaram à sua atribuição.

Como observava em editorial um jornal nova-iorquino, a importância destes dois homens não vem tanto "*pelo que fizeram mas pelo que representam: o direito à autodeterminação de Timor Leste*" (*Newsday*, 14/10/96).

A dificuldade em digerir esta derrota esteve patente, quer nas declarações, em cima do acontecimento, de responsáveis governamentais - caso de Alatas que sublimou o seu despeito denegrindo Horta e o Comité Norueguês que lhe atribuiu o prémio - quer na grande imprensa, que raramente referiu o dirigente timorense e quando o fez foi para tecer considerações de incredulidade e indignação por ter sido laureado.

INTERNACIONALIZAR A PROCURA DE SOLUÇÃO

Aquando da campanha lançada em 1994 em favor da candidatura do Bispo Belo ao Nobel, os seis presos políticos timorenses que na altura estavam encarcerados em Becora, Díli, condenados a pesadas penas de prisão (um deles a prisão perpétua) acusados de organizar e dirigir a manifestação que culminou no massacre de Santa Cruz, tomaram a iniciativa, apesar das circunstâncias difíceis em que se encontravam, de escrever a anteriores laureados com o Prêmio pedindo-lhes o seu apoio para a candidatura de Ximenes Belo.

Em cartas dirigidas a San Suu Kyi, a Desmond Tutu e ao Dalai Lama, lembraram-lhes que "*a concessão do prémio Nobel da Paz ao Bispo D. Carlos F. Ximenes Belo constituirá um duplo significado de grande amplitude (...):*

a - tornará a questão de Timor Leste, outrora bloqueada pela Indonésia (...), mais conhecida pela opinião pública do mundo inteiro;

b - tornará mais viável uma solução pacífica para a questão que vá ao encontro da genuína vontade do seu povo".

O (re)conhecimento do direito à autodeterminação por

neste número:

PRÉMIO NOBEL PARA TIMOR LESTE

DESAFIO À CREDIBILIDADE

A MILITARIZAÇÃO ESCONDIDA

mais vastos sectores da opinião pública mundial reforça o papel da Resistência timorense e, implicitamente, exige a sua participação na procura de uma solução para o conflito.

A postura do governo norueguês, em parte derivada da atribuição do Prêmio, é disto de algum modo sinal. Ao oferecer-se "*para acolher eventuais encontros*" entre timorenses e indonésios, sob a égide das Nações Unidas, Oslo exprimiu o interesse da comunidade internacionl em facilitar uma solução e que na procura desta o eixo ocupantes-ocupados é fundamental.

Não deixa de ser sintomático que hoje seja o regime de Jacarta a querer fechar o problema no triângulo Portugal-Indonésia-Secretário Geral da ONU.

A VISITA DO "PAI DA INTEGRAÇÃO"

A visita a Díli de Suharto para inaugurar uma estátua do Cristo-Rei, poucos dias depois do anúncio do Prêmio, decorreu de forma cinzenta, sem aquele brilho e ostentação com que os ditadores gostam de passear o poder.

Como de costume, apertadas medidas de segurança foram impostas na cidade e arredores.

De acordo com um despacho da *AFP*, os jornalistas que se deslocaram a Timor Leste para cobrir a visita foram "*submetidos pela polícia a interrogatórios que duraram horas*". A polícia queria saber "*se os jornalistas tinham alguma vez pertencido a certas ONG*". E o despacho concluía: "*A vigilância dos jornalistas pelas autoridades e as restrições à realização das reportagens são prática comum em Timor Leste. Os jornalistas estrangeiros não são autorizados a visitar o território sem uma autorização especial de Jacarta*" (*AFP*, 14/10/96).

O Bispo Belo, que tinha deixado no ar a possibilidade de não comparecer à cerimónia caso as autoridades indonésias se fizessem representar ao seu mais alto nível (ver *Timor Leste* n.º 127, Agosto 1996), sempre acabou por estar presente.

O Presidente indonésio, porém, segundo as agências noticiosas, não terá feito qualquer referência ao Prêmio Nobel. Quem o fez de forma ostensiva foi o chefe das Forças Armadas, general Feisal Tanjung, que além de lhe dar publicamente os parabéns fez questão em sentar-se a seu lado no palanque oficial (*Reuter*, 15/10/96).

Mas apesar de todas as medidas de segurança a visita não terminou sem incidentes. Cerca de 200 estudantes queimaram, junto da Universidade de Díli, exemplares do jornal local contendo na sua primeira página uma fotografia de Suharto, em sinal de protesto por um deputado local o ter cognominado de "*pai da integração*" (*AP*, 15/10/96).

A manifestação foi dispersa pela polícia.

DESAFIO À CREDIBILIDADE

A Comissão Nacional dos Direitos Humanos (Komnas), uma estrutura criada pelo governo indonésio em 1993 na sequência das críticas internacionais ao massacre de Santa Cruz, em Díli, tornou público em 31 de Agosto o seu relatório preliminar dos acontecimentos de 27 de Julho em Jacarta.

Nele a Comissão confirmou a morte de 5 pessoas - a versão oficial era a de 4 mortos - e denunciou o desaparecimento de 74. Na conferência de imprensa então dada foi anunciado que a Comissão apresentaria em breve um relatório detalhado sobre os confrontos daquele dia, incluindo uma análise das suas causas.

O presidente da Comissão, Baharuddin Lopa, disse aos jornalistas que tinham sido os médicos dos hospitais da capital que tinham confirmado as mortes. Quanto aos desaparecidos, a informação sobre eles era muitas vezes incompleta e contraditória pelo que era necessário continuar a validá-la, não se podendo concluir que estivessem mortos pois poderiam estar escondidos com medo das represálias, a descansar ou simplesmente longe dos olhares públicos (*Reuter*, 1/9/96).

O relatório provocou as mais vivas reacções.

Os activistas dos direitos humanos criticaram-no por, disseram, ter deixado muitas perguntas sem resposta. "*Não tem nada de novo, excepto ter acrescentado mais um às mortes confirmadas*", disse Kwik Gian Gie, dirigente do PDI no tempo de Megawati. A Tapol lembra que, dez dias antes de o mesmo ser tornado público, a Comissão foi avisada a "*pôr o interesse nacional acima de tudo quando revelasse a verdade por detrás dos confrontos de 27 de Julho*" (*Jakarta Post*, 21/8/96) tendo-se ficado, em ocasiões passadas, pelos relatórios preliminares. "*A Tapol espera que, desta vez, o relatório final seja tornado público e não apenas apresentado aos funcionários superiores do governo, só para os olhos do Presidente.*" (*Tapol*, 1/9/96).

Mas Sidney Jones, da *Human Rights Watch/Asia*, uma organização sediada em Nova Iorque, elogiou a coragem da Comissão em ter vindo a público com aquele elevado número de desaparecidos, pois isso significava que a possibilidade de haver "*muitos mais mortes*" continuava em aberto (*Hong-Kong Standard*, 4/9/96).

As autoridades reagiram com ostensivo desagrado, o que levou alguns a considerar que "*a Comissão enfrenta hoje o maior desafio à sua independência e credibilidade.*" (*International Herald Tribune*, 26/9/96).

"*Apelo à população para não reagir aos desaparecimentos com dúvidas*", disse o Ministro Coordenador para os Assuntos Políticos e de Segurança, que confessou aos jornalistas estar "*surpreendido*" e "*duvidoso*" quanto aos resultados do relatório. "*Não temos qualquer intenção de dar cobertura a esta informação*".

Por sua vez o Secretário de Estado Murdiono manifestou igualmente a sua surpresa e disse aos jornalistas que Suharto queria ver as provas da existência dos 5 mortos, dos 149 feridos e dos 74 desaparecidos. Relativamente a estes últimos, queria uma lista com os nomes, as moradas e a data do seu desaparecimento (*Straits Times*, 9/9/96).

Dias depois, a Comissão forneceu a responsáveis governamentais "*a lista com os nomes e as moradas daqueles que*" tinha dado como desaparecidos (*AFP*, 11/9/96).

A MILITARIZAÇÃO ESCONDIDA

A Human Rights Watch/Asia *transmitiu ao Senado norte-americano aspectos da militarização escondida de Timor Leste pelas FFAA da Indonésia*

No dia 18 de Setembro de 1996 Sidney Jones, Directora Executiva da *Human Rights Watch/Asia*, uma ONG norte-americana de defesa dos direitos humanos, testemunhou perante o Subcomitê dos Assuntos da Ásia Oriental e Pacífico da Comissão de Relações Externas do Senado.

O tema era a situação na Indonésia e em Timor Leste.

É sobre este último território que transcrevemos excertos do seu depoimento.

CONTRA A CONVICÇÃO GERAL

"Embora Timor Leste não seja o tema central desta audiência, os problemas que persistem nesse território devem ser considerados.

Muitas detenções arbitrárias têm ocorrido desde o início de 1996 e (...) estamos especialmente preocupados com o emergir da violência a nível religioso e étnico, fomentada pela incapacidade do governo indonésio em solucionar - chegando, em certos casos, a contribuir activamente para o seu aumento - os conflitos sociais, políticos e económicos latentes.

Gostaria de focar, em particular, o problema da militarização do território, que vai contra a convicção generalizada de que o governo indonésio está a reduzir significativamente as suas forças armadas em Timor Leste.

Na realidade, o exército está a treinar de forma sistemática jovens timorenses para os integrar em milícias, armadas ou não, cujo objectivo parece ser o de aumentar a tensão entre os próprios timorenses."

"CARNE PARA CANHÃO"

"Em Julho de 1995, foi criada a milícia pró-integracionista Gardapaksi *(*Garda Muda Penegak Integrasi, *Jovem Guarda pela Integração), formada por jovens timorenses treinados para actuarem como informadores.*

Muitos são filhos de agentes secretos locais ou foram recrutados entre os desempregados. A mais de 1000 destes jovens foi dado o chamado 'treino vocacional', mas este teve lugar nos Centros Kopassus *(forças especiais do exército indonésio) em Surabaya, Yogyakarta e Purwokerto. Cerca de 400 a 600 destes jovens estavam alegadamente a ser treinados nestes centros no início de Setembro.*

Quando regressam dos treinos são colocados em empregos civis, tais como reparação de automóveis ou marcenaria, mas a sua principal função é actuar como agentes provocadores ou informadores. A Gardapaski *foi responsável pela manifestação, realizada em Jacarta, contra a ocupação das embaixadas russa e alemã por jovens anti-integração em Dezembro de 1995.*

O tumulto mais recente atribuído ao Gardapaski *deu-se a 24 de Julho, aquando do enterro de uma freira da ordem* PRR (Putri A Anha Rosario), *com sede nas Flores, que morreu na sequência de um acidente de motorizada a 20 de Julho.*

Milhares de pessoas foram prestar-lhe as suas últimas homenagens ao cemitério de Santa Cruz e um pequeno grupo surgiu, gritando «Viva Timor Leste» e outras palavras de ordem do movimento independentista, na tentativa de levar a multidão a reagir.

Não tiveram qualquer êxito.

Embora o Gardapaski *não seja um grupo armado, há informações que indicam existir um número crescente de milícias armadas que servem, de acordo com uma fonte, como «carne para canhão».*

Conhecidos na Indonésia como tentara tiga bulan *e* tentara tiga minggu, *ou exército de três meses e exército de três semanas, dependendo do tempo de treino que recebam, ambos estão sob a autoridade directa das forças armadas indonésias.*

O «exército de três meses» é composto basicamente por recrutas da guarda civil (hansip) *e trabalha directamente com o comando militar distrital* (KODIM).

O «exército de três semanas» é treinado em Aileu, alegadamente pelo ex-chefe do distrito de Maliana que, segundo se diz, responde directamente perante o General Prabowo, genro de Suharto.

Está organizado em coordenação com o KODIM, *operando, no entanto, fora do âmbito deste. Ao fim de três semanas, diz-se que os 'soldados' são fardados e equipados com M-16."*

KOMNAS: UM LOCAL POUCO CONVIDATIVO

"A Comissão Nacional para os Direitos Humanos (Komnas) *abriu uma dependência em Díli, mas muitas pessoas em Timor Leste e no exterior levantam sérias dúvidas sobre a sua capacidade para funcionar efectivamente.*

Está sediada mesmo defronte do comando militar distrital (KODIM), *daí que poucos timorenses se sintam à-vontade para se aproximar do local.*

O seu pessoal é constituído por um antigo promotor de justiça das Flores, que não sabe falar tétum, e por antigos funcionários da administração local.

Foi também anunciado na imprensa indonésia, apesar de uma fonte ligada ao Komnas *ter desmentido, que esta organização tem ajudado o governo a reunir provas para um caso que está a tentar trazer à barra do Tribunal de Haia em nome do povo de Timor Leste, exigindo reparações e compensações de Portugal pelos 450 anos de colonialismo e violação dos direitos humanos.*

Nenhum destes factos faz dele um local convidativo para os timorenses se dirigirem à procura de ajuda contra os abuso dos militares indonésios."

AUSTRÁLIA: SINDICALISMO ACTIVO

O poderoso sindicato australiano dos trabalhadores marítimos lançou

no passado dia 18 de Setembro uma campanha de boicote a todo o tipo de assistência à marinha indonésia, mercante e de passageiros. Este boicote faz parte de uma campanha de dimensão mundial, lançada pela Federação Internacional dos Trabalhadores Marítimos, contra a prisão de sindicalistas independentes, nomeadamente Mochtar Pakpahan (do sindicato independente SBSI) e Dita Sari, e ainda contra a repressão dos direitos sindicais na Indonésia.

O boicote é também uma resposta à omissão do P.M. australiano, John Howard, que no decorrer da sua visita oficial à Indonésia não expressou as preocupações australianas relativamente às violações de Direitos Humanos na Indonésia.

"*Ele* [Mochtar Pakapahan] *foi preso sob a acusação de subversão e de estar implicado nos levantamentos de Jacarta os quais foram de facto, provocados pelo governo de Suharto, como parte da estratégia de silenciamento de toda a oposição democrática no interior do país*", afirmou o secretário nacional do sindicato, Vic Slater.

Jacarta lamentou esta tomada de posição: "*Este tipo de incidentes são lamentáveis e vão afectar os esforços para reforçar as relações entre os dois países*" afirmou o porta-voz do MNE indonésio, Ghaffar Fadyl (*Reuter*, 19/9/96).

CARTER - SUHARTO: CONVERSA ACABADA?

De acordo com um relatório divulgado pela organização de

defesa dos Direitos Humanos na Indonésia, Tapol, o ex-presidente norte-americano Jimmy Carter ter-se-á deslocado a Jacarta no início de Agosto, para conservações de carácter confidencial com o presidente Suharto.

De acordo com o referido relatório, a CIA, visando uma melhor definição da política externa americana, tem por hábito manter uma avaliação contínua da condição física e mental dos dirigentes dos países nos quais os Estados Unidos têm interesses vitais, incluindo-se nestes o presidente indonésio.

O próprio Suharto parece estar ao corrente da forma como a CIA observa atentamente o aspecto exterior de dirigentes como ele e da forma como, por exemplo, ajuízam do estado de saúde a partir de observações dos olhos dos visados, especialmente a partir dos 60 anos de idade.

Paralelamente, continuam a circular relatórios acerca da quebra de confiança por parte de investidores estrangeiros. Os dados disponíveis indiciam que os empresários americanos, em particular, adiaram os seus planos de investimento. É bastante provável que os empresários em causa tenham obtido informações da CIA sobre a situação na Indonésia.

O trabalho de informação e contra-informação terá atingido um pico no período que antecedeu três importantes visitas a Jacarta de personalidades americanas: Warren Christopher, Jesse Jackson e Jimmy Carter. O encontro entre Jesse Jackson e Megawati Sukarnopoutri teve, aliás, particular significado pois ocorreu após o conflito que opôs a antiga dirigente do PDI ao governo.

Segundo as informações recolhidas pela Tapol, Jimmy Carter terá estado em Jacarta nos passados dias 10 e 11 de Agosto. Ao contrário das duas outras visitas, não recebeu qualquer acompanhamento público e foi tratado com a maior discrição.

Carter foi recebido pelo Presidente Suharto a quem terá transmitido três "recados":

1 - os EUA não concordam com a vontade de Suharto concorrer a um 7º mandato como presidente;

2 - os EUA opõem-se à continuação do regime militar;

3 - os EUA estão preocupados com os próximos actos eleitorais indonésios, os quais devem ser livres e justos, garantido a participação dos opositores do regime.

Estas ideias terão sido acompanhadas por ameaças veladas de que os EUA podem usar a sua influência junto dos países do G-7 para isolarem internacionalmente a Indonésia, o que terá provocado a ira do presidente Suharto que retorquiu que, naquelas circunstâncias, não fazia sentido continuar o encontro.

JAPÃO: OS PASSOS POSITIVOS

Em Setembro passado, o PM australiano, John Howard,

empreendeu a sua primeira visita oficial ao Japão.

A oportunidade foi aproveitada pela coligação de deputados por Timor Leste do parlamento japonês que escreveu a John Howard relembrando-lhe a imperiosa necessidade de discutir com o seu homólogo japonês formas de cooperação entre os dois países com vista à resolução do problema. A coligação aproveitou para lhe recordar alguns passos positivos que o governo japonês deu nesse sentido, entre os quais mencionava:

- os vários encontros oficiais que houve entre os membros do governo japonês e o MNE Alatas, no decorrer das cimeiras da APEC, ocorridas em Osaca e em Jacarta, nas quais o Japão deixou claro que procura uma resolução pacífica para a questão;

- o Japão não reconhece a anexação indonésia de Timor Leste, acrescentando que os mapas do MNE japonês da zona em causa estabelecem a separação entre Timor Leste e Oeste como "*fronteira de área em conflito*";

- o Japão está a financiar o "*processo de paz*", iniciado e conduzido sob a égide da ONU, e contribuiu com 100.000 dólares para a iniciativa de diálogo intratimorense, ocorrido em Março passado. Está também a estudar a possibilidade de providenciar fundos para uma presença da ONU no território, com o fim de acompanhar a situação dos Direitos Humanos.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317